



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS V  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE ARQUIVOLOGIA  
BACHARELADO EM ARQUIVOLOGIA**

**JORGE SUED SANTANA DA ROCHA**

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM RISCO: DESAFIOS NA CONSERVAÇÃO DE  
DOCUMENTOS DA COMARCA DE SANTA RITA**

**JOÃO PESSOA**

**2025**

JORGE SUED SANTANA DA ROCHA

**PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM RISCO: DESAFIOS NA CONSERVAÇÃO DE  
DOCUMENTOS DA COMARCA DE SANTA RITA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento do Curso de Arquivologia da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de bacharel em Arquivologia.

**Área de concentração:** Arquivologia.

**Orientador<sup>a</sup>:** Profa. Dra. Francinete Fernandes de Sousa.

**JOÃO PESSOA**

**2025**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto em versão impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que, na reprodução, figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

R672p Rocha, Jorge Sued Santana da.

Patrimônio histórico em risco [manuscrito] : desafios na conservação de documentos da comarca de Santa Rita / Jorge Sued Santana da Rocha. - 2025.

37 f. : il. color.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquivologia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2025.

"Orientação : Prof. Dra. Francinete Fernandes de Sousa, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas".

1. Conservação documental. 2. Memória histórica. 3. Comarca de Santa Rita. 4. Comarca de Cruz do Espírito Santo.  
I. Título

21. ed. CDD 025.84

JORGE SUED SANTANA DA ROCHA

PATRIMÔNIO HISTÓRICO EM RISCO: DESAFIOS NA CONSERVAÇÃO DE  
DOCUMENTOS DA COMARCA DE SANTA RITA

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Coordenação do Curso  
de Arquivologia da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito  
parcial à obtenção do título de Bacharel  
em Arquivologia

Aprovada em: 04/04/2025.

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado eletronicamente por:

- **Viviane Barreto Motta Nogueira** (\*\*\*.143.354-\*\*), em **11/04/2025 21:14:38** com chave **1f2e574c173311f0a92d2618257239a1**.
- **Francinete Fernandes de Sousa** (\*\*\*.607.554-\*\*), em **11/04/2025 21:11:21** com chave **a9a8eb36173211f0924e2618257239a1**.
- **Jacqueline Echeverria Barrancos** (\*\*\*.635.724-\*\*), em **11/04/2025 20:13:39** com chave **9a2fbf3e172a11f09de706adb0a3afce**.

Documento emitido pelo SUAP. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QrCode ao lado ou acesse [https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar\\_documento/](https://suap.uepb.edu.br/comum/autenticar_documento/) e informe os dados a seguir.

**Tipo de Documento:** Folha de Aprovação do Projeto Final

**Data da Emissão:** 12/04/2025

**Código de Autenticação:** b176ac



À minha família, meu alicerce e minha maior motivação, DEDICO.

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, toda a minha gratidão, pois sem Ele nada seria possível. Durante essa caminhada desafiadora, encontrei forças na fé e na certeza de que cada obstáculo, cada momento de cansaço e cada dúvida foram superados pela Sua presença constante em minha vida. Foi Deus quem me sustentou nas noites longas de estudo, me deu discernimento para enfrentar desafios e me guiou com sabedoria quando precisei tomar decisões. Sei que cada conquista minha é reflexo da Sua graça e bondade, e por isso dedico primeiramente a Ele essa vitória, pois sem Sua permissão e auxílio, essa jornada não teria sido possível.

À minha família, meu porto seguro, minha base e meu maior motivo de perseverança. À minha esposa, leda, sou eternamente grato por sua paciência, compreensão e apoio incondicional. Em todos os momentos de dificuldade, você esteve ao meu lado, oferecendo palavras de incentivo, amor e compreensão, mesmo quando minhas ausências eram frequentes devido às responsabilidades acadêmicas.

Aos meus filhos, Alexia Beatriz, Yasmin, Jorginho, Avana Rebeca e João Marcos, minha maior motivação e inspiração. Vocês foram a força que me impulsionou a seguir em frente, a não desistir e a acreditar que cada esforço valeria a pena. Espero que esta conquista sirva como um exemplo para vocês, mostrando que a dedicação e o esforço sempre trazem recompensas.

À minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Francinete Fernandes de Sousa, expresse minha imensa gratidão por todo o apoio, paciência e dedicação ao longo da elaboração deste trabalho. Sua orientação foi crucial para que eu pudesse estruturar e desenvolver este projeto com seriedade e profundidade. Seu olhar atento, suas sugestões precisas e sua vasta experiência foram determinantes para a construção deste trabalho. Assim como, às professoras da banca avaliadora, Prof.<sup>a</sup> Dra. Viviane Barreto Motta Nogueira e Prof.<sup>a</sup> Dra. Jacqueline Echeverria Barrancos, meu sincero agradecimento por aceitarem fazer parte deste momento tão significativo da minha trajetória.

À Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e ao Departamento de Arquivologia, sou imensamente grato por todo o suporte acadêmico, pela estrutura oferecida e pelo ambiente de aprendizado que me permitiu evoluir tanto pessoal quanto profissionalmente. Esta instituição me proporcionou a base necessária para minha formação e me permitiu desenvolver habilidades que levarei para toda a vida. Aos professores que, ao longo do curso, compartilharam seu conhecimento e contribuíram para minha formação, deixo meu respeito e reconhecimento. Sei que cada aula, cada disciplina e cada orientação foram essenciais para meu crescimento e amadurecimento acadêmico.

Aos meus colegas de curso e professores da instituição, meu muito obrigado! Durante essa jornada, tive o privilégio de compartilhar momentos inesquecíveis, trocar experiências e aprender com cada um de vocês. A caminhada acadêmica se torna mais leve quando temos pessoas ao nosso lado que nos motivam, nos desafiam e nos inspiram. Aos amigos que estiveram presentes, seja nos momentos de dificuldade, seja nas pequenas conquistas do dia a dia, sou profundamente grato. A troca de conhecimento e o apoio mútuo foram fundamentais para tornar essa trajetória ainda mais enriquecedora. Levo comigo não apenas o aprendizado teórico adquirido, mas também as amizades e os laços construídos ao longo desses anos.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho e para a conclusão do curso. Cada gesto, cada palavra de incentivo e cada contribuição foram essenciais para que eu chegasse até aqui. Essa vitória não é apenas minha, mas de todos que caminharam ao meu lado.

*“O fim para que os homens inventaram os livros, foi para conservar a memória das coisas passadas contra a tirania do tempo, e contra o esquecimento dos homens, que ainda é maior tirania.”*  
(Padre Antônio Vieira, 1951)

## RESUMO

Este estudo analisou o estado de conservação dos documentos históricos do século XIX na Comarca de Santa Rita, que foram transferidos da antiga Comarca de Cruz do Espírito Santo em decorrência de mudanças administrativas no Tribunal de Justiça da Paraíba. A pesquisa teve como objetivo principal sugerir estratégias de conservação que assegurem a durabilidade e acessibilidade desses registros para as futuras gerações, ressaltando a importância desses documentos como parte da memória histórica, jurídica e cultural da região. A metodologia aplicada foi de natureza documental e descritiva, com exame das condições físicas dos acervos e revisão da literatura especializada em conservação. Autores como Carvalho (2007), Rodrigues (2007) e Soares (2003) foram citados, assim como as diretrizes técnicas do Superior Tribunal de Justiça (1997). Os resultados indicaram que os documentos enfrentam riscos consideráveis devido à falta de armazenamento adequado, uso de materiais inadequados, ausência de controle ambiental e exposição a agentes externos como umidade, luz e micro-organismos. As discussões evidenciaram que a digitalização emerge como uma medida complementar essencial, permitindo a conservação e o acesso remoto ao conteúdo dos documentos, mitigando assim os riscos de deterioração física. Em conclusão, destacou-se a necessidade de implementação de políticas eficazes de conservação e gestão documental para garantir a integridade do acervo. Propostas para futuros pesquisadores incluem a realização de estudos sobre a eficácia das estratégias de conservação sugeridas e a exploração de novas tecnologias para a conservação de documentos, além da importância de conscientização sobre a importância da preservação da memória histórica e cultural da região.

**Palavras-Chave:** Conservação documental. Memória histórica. Comarca de Santa Rita. Comarca de Cruz do Espírito Santo.

## **ABSTRACT**

This study analyzed the state of conservation of 19th-century historical documents in the Comarca of Santa Rita, which were transferred from the former Comarca of Cruz do Espírito Santo due to administrative changes in the Court of Justice of Paraíba. The main objective of the research was to suggest conservation strategies that ensure the durability and accessibility of these records for future generations, emphasizing their importance as part of the historical, legal, and cultural memory of the region. The applied methodology was documentary and descriptive in nature, involving an examination of the physical conditions of the archives and a review of specialized literature on conservation. Authors such as Carvalho (2007), Rodrigues (2007), and Soares (2003) were cited, as well as the technical guidelines of the Superior Court of Justice (1997). The results indicated that the documents face considerable risks due to inadequate storage, the use of unsuitable materials, lack of environmental control, and exposure to external agents such as humidity, light, and microorganisms. The discussions highlighted that digitization emerges as an essential complementary measure, allowing for both the preservation and remote access to the documents' content, thereby mitigating the risks of physical deterioration. In conclusion, the study emphasized the need for the implementation of effective conservation and document management policies to ensure the integrity of the collection. Proposals for future researchers include conducting studies on the effectiveness of the suggested conservation strategies, exploring new technologies for document preservation, and raising awareness of the urgency of preserving the historical and cultural memory of the region.

**Keywords:** Document conservation. Historical memory. Comarca of Santa Rita. Comarca of Cruz do Espírito Santo.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 01</b>	– Foto da Comarca de Santa Rita em 1985.....	15
<b>Figura 02</b>	– Foto da Comarca de Santa Rita em 2024.....	16
<b>Figura 03</b>	– Inventário dos documentos históricos na Comarca de Santa Rita.....	19
<b>Figura 04</b>	– Depósito de armazenamento de documentos históricos na Comarca de Santa Rita.....	19
<b>Figura 05</b>	– Estado atual dos Documentos da antiga comarca de Cruz.....	19
<b>Figura 06</b>	– Estado atual dos Documentos da antiga comarca de Cruz.....	20
<b>Figura 07</b>	– Estado atual dos Documentos da antiga comarca de Cruz.....	20
<b>Figura 08</b>	– Teto do inventário (fator físico-químico: luz).....	21
<b>Figura 09</b>	– Parede do inventário (fator físico-químico: umidade).....	22
<b>Figura 10</b>	– Inventário sem controle de temperatura (fator físico-químico: temperatura).....	22
<b>Figura 11</b>	– Inventário com crescimento de mofo (fator físico-químico: umidade e temperatura).....	22
<b>Figura 12</b>	– Inventário com dejetos de animais (fator físico-químico: poluição do ar).....	23
<b>Figura 13</b>	– Inventário com excesso de poeira (fator físico-químico: poeira).....	23
<b>Figura 14</b>	– Inventário com ninhos (fator biológico).....	24
<b>Figura 15</b>	– Inventário com pombos (fator biológico).....	24
<b>Figura 16</b>	– Estado atual dos Documentos da antiga comarca de Cruz.....	25
<b>Figura 17</b>	– Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	29

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

- CEJUSC** – Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania
- LOJE** – Lei de Organização e Divisão Judiciárias
- SGD** – Sistema de Gestão Documental
- STJ** – Superior Tribunal de Justiça
- ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- ONU** – Organização das Nações Unidas

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	<b>12</b>
<b>2 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA</b>	<b>13</b>
2.1 Comarca de Santa Rita	15
<b>3 DOCUMENTOS DA INTEGRALIZAÇÃO</b>	<b>18</b>
<b>4 MÉTODO E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO</b>	<b>25</b>
4.1 conservação sustentável	29
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>33</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Em março de 2020, durante a 2ª sessão extraordinária administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, foi aprovada uma resolução que determinou a desinstalação da Comarca de Cruz do Espírito Santo, com sua subsequente agregação à unidade judiciária de Santa Rita. Esta decisão baseou-se em uma análise técnica detalhada da demanda processual, a qual evidenciou a necessidade de otimizar a estrutura administrativa das comarcas. O objetivo principal era aprimorar a eficiência na prestação dos serviços jurisdicionais, especialmente considerando o contexto de restrições orçamentárias e financeiras. Tal medida reflete uma estratégia de racionalização dos recursos disponíveis e a adequação das comarcas às exigências presentes e futuras.

Paralelamente a essa reorganização judiciária, surge uma preocupação significativa com a conservação dos documentos históricos da Comarca de Santa Rita, em especial aqueles datados do século XIX. Estes documentos, ao longo dos anos, foram afetados pelos inevitáveis impactos do tempo e por condições inadequadas de armazenamento. Consequentemente, encontram-se em um estado delicado de conservação, o que compromete tanto sua integridade física quanto a manutenção da memória histórica da região.

Diante disso, tornou-se crucial a resolução do seguinte questionamento: de que maneira a falta de práticas adequadas de conservação impactam a integridade dos documentos históricos do século XIX na Comarca de Santa Rita e quais estratégias podem ser implementadas para mitigar sua deterioração?

A conservação desses registros é crucial não apenas para a continuidade dos estudos históricos, mas também para o fortalecimento da identidade cultural local, uma vez que representam uma parte essencial do patrimônio cultural da Comarca de Santa Rita e da história regional como um todo.

Neste contexto, a presente monografia teve como objetivo principal investigar o estado atual de conservação desses documentos, identificar os fatores que têm contribuído para sua degradação e apontar estratégias eficazes para sua conservação. A importância deste estudo reside na necessidade urgente de proteger esses registros históricos, os quais são fundamentais para a construção da memória coletiva da região. Além disso, garantir que esses documentos permaneçam acessíveis e em bom estado é vital para as gerações futuras,

contribuindo para a continuidade da pesquisa histórica e para o fortalecimento dos laços entre o presente e o passado.

Para alcançar esses objetivos, a abordagem metodológica deste trabalho, caracterizado como documental e descritivo, incluirá uma análise detalhada das condições físicas dos documentos, acompanhada das teses de especialistas na área de conservação e preservação documental. Através desta investigação, pretendeu-se apontar ideias práticas e viáveis que assegurem a conservação desses acervos históricos. Além disso, espera-se que as conclusões e propostas deste estudo possam ser aplicadas a outras regiões que enfrentam desafios semelhantes em relação à conservação de seus acervos documentais históricos.

## **2 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

A fundação do Tribunal de Justiça da Paraíba, em 1891, representou um marco significativo para a organização do sistema judiciário brasileiro durante os primeiros anos da República. Esse evento simboliza o esforço de institucionalizar a justiça em um período de grande instabilidade política, refletindo as dificuldades enfrentadas pelo novo regime para consolidar suas estruturas governamentais. Deusdedit Leitão e Evandro Nóbrega (2014) observam que esse momento foi particularmente conturbado, com a Paraíba, assim como outras regiões do país, vivenciando golpes de Estado e disputas pelo poder. O cenário de incerteza política era um reflexo da busca nacional por uma identidade democrática e pelo fortalecimento de suas instituições.

A instalação do Tribunal se deu com solenidade e expectativa, demonstrando a esperança de inaugurar uma nova fase para a justiça local. Entretanto, Leitão e Nóbrega (2014) destacam que, apesar do simbolismo positivo, a organização logo enfrentou dificuldades operacionais. A estruturação interna e a definição de procedimentos em tarefas urgentes, mas a escassez de recursos e a instabilidade política tornaram essas tarefas ainda mais complexas. No mesmo ano de sua criação, um golpe de Estado levou à dissolução temporária do Tribunal, evidenciando o impacto das tensões políticas na organização judiciária. Esse episódio refletiu a vulnerabilidade das instituições públicas frente às interferências governamentais, um problema recorrente nas primeiras décadas da República.

Os autores sublinham que a interrupção do funcionamento do Tribunal não se

limitou a uma questão administrativa, mas revelou a necessidade urgente de autonomia do Judiciário. A reação dos magistrados à dissolução, mencionada por Leitão e Nóbrega (2014), foi uma demonstração clara de comprometimento com o estado de direito e a manutenção da justiça. Esses atos de resistência expressavam a importância de uma magistratura independente e reforçavam o papel do Judiciário como um elemento essencial para o equilíbrio democrático. Sem autonomia, as funções judiciais ficariam sempre à mercê das pressões políticas, comprometendo o princípio da imparcialidade.

A reinstalação do Tribunal, ocorrida com a promulgação de uma nova Constituição estadual, foi um sinal de renovação e esperança, mas os desafios permaneciam. Segundo Leitão e Nóbrega (2014), a nomeação de novos desembargadores trouxe um fôlego adicional, mas não eliminou por completo as dificuldades, especialmente devido à continuidade das crises políticas e à falta de recursos adequados. A trajetória do Tribunal de Justiça da Paraíba, desde sua criação até sua reorganização, é um exemplo das complexas interações entre a política e a justiça no Brasil republicano. Essa experiência ilustra como a construção de instituições estáveis e eficazes exige perseverança e comprometimento em meio às adversidades.

A história do Tribunal, conforme analisam Leitão e Nóbrega (2014), revela a luta constante do Brasil para consolidar seu sistema democrático e assegurar a justiça como um direito fundamental. O caminho percorrido pela instituição reflete não apenas os problemas estruturais enfrentados pelo Judiciário na época, mas também a determinação da sociedade e dos magistrados em estabelecer uma governança baseada em princípios legais e equânimes. A resiliência demonstrada pelo Tribunal em meio a períodos de crise é um exemplo do esforço contínuo em fortalecer as instituições e garantir que a justiça esteja acessível a todos.

Assim, a história do Tribunal de Justiça da Paraíba é um exemplo claro das dificuldades e desafios enfrentados na construção de um Judiciário sólido e autônomo em meio a um cenário de instabilidade política. Essa trajetória ilustra como as instituições evoluem e se adaptam às mudanças sociais e políticas, e reforça a importância da conservação documental como parte fundamental desse processo.

## 2.1 Comarca de Santa Rita

A história do Fórum da Comarca de Santa Rita começa oficialmente em 10 de abril de 1985, com sua inauguração pelo desembargador-presidente Rivando Bezerra Cavalcanti. Segundo Leitão e Nóbrega (2014), inicialmente, o fórum compartilhava espaço com a Câmara Municipal na Praça João Pessoa, refletindo uma gestão integrada entre os poderes locais. Essa configuração, embora provisória, marcou o início de uma importante estrutura judiciária para a cidade e a região.

**Figura 1** – Foto da Comarca de Santa Rita em 1985



**Fonte:** Grupo Santa Rita Antiga — Tempos de Ouro no Facebook<sup>1</sup>

Em 22 de outubro de 1988, o edifício foi reinaugurado após passar por ampliação, reforma e modernização, com o objetivo de acompanhar o crescimento das demandas judiciais e proporcionar um melhor atendimento à população. No entanto, no ano 2000, Santa Rita sofreu uma enchente devastadora, afetando severamente toda a cidade, incluindo o Fórum. A inundação causou danos estruturais e comprometeu documentos e processos, exigindo uma resposta rápida para preservar o funcionamento da justiça e a integridade do acervo documental.

A recuperação do Fórum envolveu não apenas a reconstrução física, mas também uma adaptação às novas necessidades trazidas pelo desastre natural. Em 16 de setembro de 2000, foi inaugurada a nova sede, localizada em uma área menos suscetível a inundações, marcando um momento de superação para a comunidade local. A cerimônia de reabertura contou com a presença do juiz-diretor Antônio Sérgio Lopes, simbolizando a retomada das atividades judiciárias em um

---

<sup>1</sup>**SANTA RITA ANTIGA - TEMPOS DE OURO.** [Imagem]. Facebook.. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/1133549537013235/>. Acesso em: nov. 2024.

espaço modernizado e preparado para novos desafios.

Atualmente, o Fórum de Santa Rita, denominado "Juiz João Navarro Filho", situa-se na Rua Virgínio Veloso Borges, no Centro da cidade. A estrutura é composta por 68 funcionários efetivos e 21 terceirizados, o que garante o funcionamento das atividades judiciárias e administrativas. Cada espaço físico desempenha uma função específica, essencial para o bom desempenho do sistema de justiça e para a prestação de serviços de forma eficiente.

**Figura 2** – Foto da Comarca de Santa Rita em 2024



**Fonte:** Dados do autor (2025).

As Varas Mistas, organizadas de forma sequencial da primeira à quinta, lidam com diversos tipos de processos, demonstrando a pluralidade e a complexidade das demandas sociais. O Juizado Especial Misto oferece uma alternativa rápida e menos burocrática para a resolução de causas de menor complexidade, promovendo agilidade no atendimento às partes envolvidas.

Outras seções importantes incluem a Defensoria Pública, que oferece assistência jurídica gratuita aos cidadãos de baixa renda, garantindo acesso igualitário à justiça. A Central de Mandados gerencia e distribui mandados judiciais, facilitando a comunicação entre o poder judiciário e a sociedade. A Sala da OAB oferece suporte aos advogados, proporcionando um espaço adequado para o exercício de suas atividades.

O Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) promove a mediação e a conciliação como alternativas ao processo judicial, incentivando a resolução pacífica de disputas. A presença do Setor Psicossocial, por sua vez, destaca a preocupação com o bem-estar emocional de funcionários e partes envolvidas em processos, oferecendo apoio especializado nos momentos mais difíceis.

Em 11 de outubro de 2010, durante a 2ª sessão extraordinária administrativa do Pleno do Tribunal de Justiça da Paraíba, também foi aprovada a desinstalação da Comarca de Cruz do Espírito Santo, com sua agregação à Comarca de Santa Rita. A medida visou otimizar a estrutura administrativa e melhorar a prestação jurisdicional, alinhando-se às diretrizes da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (LOJE). A baixa demanda processual em Cruz do Espírito Santo, aliada às restrições orçamentárias, justificou a concentração de recursos e pessoal em Santa Rita, buscando maior eficiência e celeridade nos serviços judiciais.

Além disso, o Depósito Judicial Erlié Antonio Amorim Pessoa, instituído em 20 de dezembro de 2020, por meio da Resolução n.º 47/2020, é responsável pela guarda de processos e objetos apreendidos. A gestão desses bens segue diretrizes estabelecidas pelo Código de Processo Penal (Decreto-Lei n.º 3.689/1941) e pelo Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015). Esses normativos determinam procedimentos rigorosos para a conservação dos itens e, em alguns casos, a venda em leilão, caso não sejam reclamados após o trânsito em julgado das decisões judiciais. A administração eficiente do depósito é fundamental para a credibilidade do sistema de justiça e para garantir a proteção dos direitos das partes envolvidas.

Desse modo, o Tribunal do Júri é outro componente essencial da estrutura do Fórum. Nessa instância, julgamentos penais são realizados com a participação de jurados, cidadãos que deliberam sobre a culpa ou inocência dos réus, reforçando a participação popular no sistema de justiça. Cada área do Fórum exerce um papel crucial e interligado, colaborando para a manutenção da integridade e eficácia do sistema judiciário e assegurando que a justiça seja aplicada de forma equânime e transparente.

Com isso, processos físicos e eletrônicos, além de livros e documentos, foram redistribuídos para Santa Rita, garantindo continuidade e integridade no atendimento à população local. A incorporação fortaleceu o papel da Comarca de Santa Rita como unidade judiciária estratégica na região, ampliando sua capacidade de atendimento e reforçando sua relevância na organização do judiciário estadual.

A trajetória do Fórum de Santa Rita reflete não apenas o desenvolvimento institucional e a superação de adversidades, mas também a relevância da gestão documental e da conservação dos registros judiciais. Esses documentos são fundamentais para a memória histórica da cidade e para a transparência das ações

do Judiciário. Em tempos de crescente digitalização, o desafio é garantir que tanto os arquivos físicos quanto os digitais sejam organizados e preservados de maneira eficiente, assegurando o acesso a informações relevantes para a sociedade e para a pesquisa acadêmica.

Assim, o Fórum da Comarca de Santa Rita não é apenas uma estrutura física onde se aplicam leis e resolvem conflitos, mas também um espaço de memória, cidadania e resiliência. Sua história ilustra como a justiça local evolui e se adapta a novas realidades, refletindo as transformações sociais e políticas de sua comunidade e fortalecendo o compromisso com a prestação de serviços justos e eficazes para todos.

### **3 DOCUMENTOS DA INTEGRALIZAÇÃO**

A transferência dos documentos da Comarca de Cruz do Espírito Santo para o Fórum de Santa Rita levanta questões cruciais relacionadas à conservação e ao armazenamento de acervos documentais. Este processo não apenas envolve desafios logísticos significativos, mas também a necessidade premente de assegurar que o estado físico dos documentos seja preservado durante e após a transição. A análise dessa situação revela a complexidade do manejo de documentos históricos e a importância de um planejamento meticuloso para garantir a integridade física dos materiais.

A literatura especializada oferece subsídios teóricos que elucidam a relevância da conservação e da preservação documental. Carvalho (2007, p. 2) define conservação como

[...] toda intervenção humana direta ou indireta que tem por objetivo aumentar a expectativa de vida de coleções com ou sem problemas de conservação, como por exemplo, desacidificar documentos gráficos, desumidificar as reservas de coleções com suporte em metal [...].

Essa definição é particularmente pertinente no contexto da transferência dos documentos, onde a ausência de infraestrutura adequada e o uso de caixas de papelão, que não são projetadas para armazenamento a longo prazo, comprometem a conservação dos registros. A falta de um ambiente controlado para o acondicionamento dos documentos resulta em sua exposição a condições adversas, que podem acelerar a degradação. Assim como a conservação inadequada dos documentos históricos também impede seu pleno aproveitamento

como fonte de pesquisa e estudo.

**Figura 3** – Inventário dos documentos históricos na Comarca de Santa Rita



**Fonte:** Dados do autor (2025).

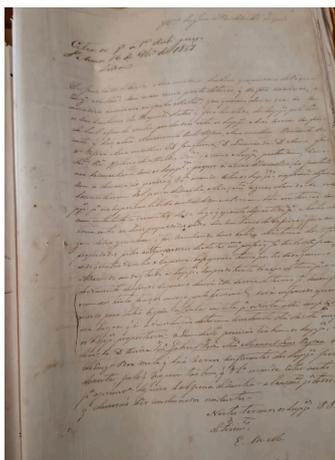
**Figura 4** – Depósito de armazenamento de documentos históricos na Comarca de Santa Rita



**Fonte:** Dados do autor (2025).

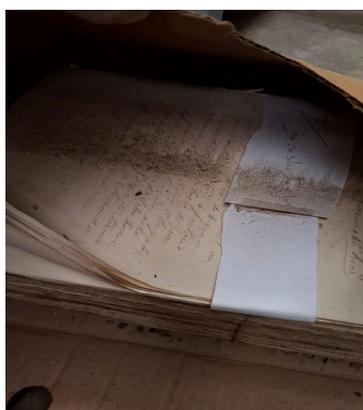
A presença de documentos históricos e de grande importância dentro do Fórum de Santa Rita exige cuidados especiais, considerando que, com o passar do tempo, esses materiais tornam-se mais suscetíveis à deterioração. Assim como ocorre com obras impressas em papel, os documentos arquivados enfrentam o desgaste natural de sua composição. O papel utilizado em tais registros carrega elementos intrinsecamente nocivos que, se não forem armazenados de maneira adequada, aceleram o processo de degradação. Além disso, o modo de manuseio também influencia diretamente na sua conservação. A acidez do papel, por exemplo, é um dos principais fatores responsáveis pela sua deterioração.

**Figura 5** – Estado atual dos Documentos da antiga comarca de Cruz



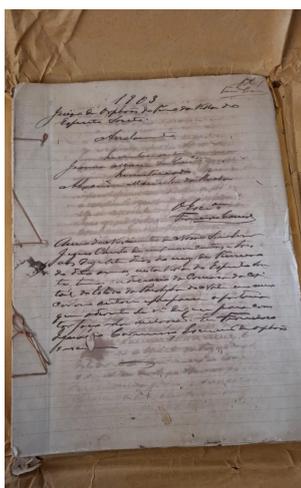
Fonte: Dados do autor (2025).

**Figura 6** – Estado atual dos Documentos da antiga comarca de Cruz



Fonte: Dados do autor (2025).

**Figura 7** – Estado atual dos Documentos da antiga comarca de Cruz



Fonte: Dados do autor (2025).

De acordo com Rodrigues (2007, p. 7), os fatores que influenciam a degradação podem ser divididos em duas categorias:

Intrínsecos: estão ligados na própria fabricação do papel. Qualidade dos elementos na constituição do papel e peculiaridade do processo de fabricação. Extrínsecos: estão ligados ao meio ambiente em que esse papel está, tais como fatores ambientais, agentes biológicos, ação do homem e circunstâncias como, inundações e catástrofes naturais.

A degradação dos documentos na Comarca de Santa Rita não é apenas consequência de fatores intrínsecos e extrínsecos, nesse contexto também devemos considerar a ausência de uma política integrada de gestão e conservação documental, que deveria incluir controle ambiental, combate a agentes biológicos e capacitação de pessoal. Por isso é importante, segundo Soares (2003, p. 19), a criação de um programa de conscientização, que leve as pessoas a entenderem “a natureza e as limitações dos acervos documentais, fazendo-os compreenderem a importância de sua conservação , a fim de que o público leitor os trate e os use com maior cuidado e carinho”.

Essa integralização das comarcas de Cruz do Espírito Santo e Santa Rita trouxe à tona a necessidade de atenção aos fatores que podem comprometer sua conservação dos arquivos e documentos. Segundo o folheto Noções sobre Conservação de Livros e Documentos do Superior Tribunal de Justiça (BRASIL, 1997), as causas de deterioração se dividem em causas físico-químicas, agentes biológicos, além de causas extraordinárias e a ação humana.

Entre os fatores físico-químicos estão a luz, umidade, temperatura, poluição do ar e poeira. A luz, especialmente a radiação ultravioleta, é extremamente prejudicial ao material orgânico e deve ser controlada. A exposição direta à luz solar é particularmente nociva, demandando o uso de barreiras físicas ou filtros que protegem os documentos durante o armazenamento.

**Figura 8 –** Teto do inventário (fator físico-químico: luz)



**Fonte:** Dados do autor (2025).

O controle de umidade e temperatura é outro aspecto crucial. Um ar muito seco torna o papel quebradiço e menos flexível, enquanto a umidade excessiva acelera sua decomposição e favorece o aparecimento de mofo. Segundo Silva (1981, p. 52), a temperatura ideal para o armazenamento deve estar entre 18°C e 21°C, e a umidade relativa do ar entre 50% e 60%.

**Figura 9** – Parede do inventário (fator físico-químico: umidade)



**Fonte:** Dados do autor (2025).

**Figura 10** – Inventário sem controle de temperatura (fator físico-químico: temperatura)



**Fonte:** Dados do autor (2025).

**Figura 11** – Inventário com crescimento de mofo (fator físico-químico: umidade e temperatura)



**Fonte:** Dados do autor (2025).

A poluição do ar e a poeira também afetam diretamente a conservação dos

documentos. O gás de enxofre presente na poluição é altamente nocivo ao papel. A poeira, composta por partículas que agem como pequenas lixas, desgasta a superfície dos papéis e pode causar marcas visíveis, especialmente nas bordas dos documentos mais manuseados (Brasil, 1997, p. 19).

**Figura 12** – Inventário com dejetos de animais (fator físico-químico: poluição do ar)



**Fonte:** Dados do autor (2025).

**Figura 13** – Inventário com excesso de poeira (fator físico-químico: poeira)



**Fonte:** Dados do autor (2025).

Os fatores biológicos incluem insetos, micro-organismos e roedores, que encontram nos documentos orgânicos uma fonte de alimento. Baratas, brocas, cupins e traças representam grandes ameaças ao acervo. As baratas, por exemplo, alimentam-se de couro e pergaminho, além de deixar excrementos sobre os documentos. As brocas perfuram os papéis durante a fase larval, especialmente em locais apertados, sendo necessário garantir espaço entre as caixas para evitar sua proliferação. Os cupins consomem a celulose presente tanto no papel quanto em

estantes de madeira, o que sugere a necessidade de substituir esses móveis por estruturas metálicas.

**Figura 14** – Inventário com ninhos (fator biológico)



**Fonte:** Dados do autor (2025).

**Figura 15** – Inventário com pombos (fator biológico)



**Fonte:** Dados do autor (2025).

Os micro-organismos, como fungos e bactérias, também desempenham um papel significativo na deterioração dos documentos. Os fungos se proliferam em ambientes úmidos e com pouca ventilação, provocando manchas esbranquiçadas que podem escurecer com o tempo. As bactérias, por sua vez, multiplicam-se rapidamente e, segundo o folheto do STJ (Brasil, 1997, p. 22), podem sobreviver até em condições adversas. Algumas se alimentam de celulose, outras de substâncias colantes ou de origem animal, causando manchas e degradação severa nos documentos.

A ação humana também interfere na conservação dos documentos. O manuseio inadequado, como a movimentação frequente ou o uso descuidado, acelera o desgaste. Além disso, situações inesperadas, como inundações, incêndios

ou outras catástrofes naturais, podem destruir parte do acervo se não houver um plano de contingência adequado.

**Figura 16** – Estado atual dos Documentos da antiga comarca de Cruz



**Fonte:** Elaboração própria (2025).

Garantir a integridade desses documentos não é apenas uma questão técnica, mas uma forma de proteger a memória jurídica e administrativa da região. A implementação de uma política adequada de conservação é essencial para evitar que esse patrimônio histórico se perca, assegurando que continue disponível para consultas e pesquisas futuras.

#### 4 MÉTODO E TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO

Neste item, fizemos uma tabela para demonstrar a nossa proposta de conservação e logo após a discussão sobre a proposta,

**Tabela 1** – Propostas de conservação para os documentos do acervo

Método de Armazenamento	Atividade	Descrição
Armazenamento Físico	Workshop de Higienização	Ensinar técnicas corretas de limpeza de documentos, removendo poeira e sujeira adequadamente.
	Classificação de Documentos Antigos	Classificar e acondicionar documentos históricos em materiais livres de ácido.
	Exposição de Boas Práticas	Mostrar a importância de utilizar caixas e pastas arquivísticas apropriadas.
Digitalização	Sessões de Digitalização	Realizar workshops para ensinar a digitalizar documentos com equipamentos de alta qualidade

	Criação de Banco de Dados Digital	Desenvolver um banco de dados para armazenamento digital eficiente.
	Palestra sobre Armazenamento em Nuvem	Apresentar benefícios da nuvem, como acessibilidade e segurança.
<b>Armazenamento em Nuvem</b>	Treinamento em Sistemas de Gerenciamento	Orientar sobre o uso de ferramentas para organização digital.
	Desenvolvimento de Planos de Emergência	Elaborar estratégias para proteger dados em situações de risco.
	Análise de Risco e Segurança	Identificar vulnerabilidades e avaliar medidas de segurança em uso.
<b>Conservação Sustentável</b>	Oficinas de Reciclagem	Criar novos produtos úteis a partir de documentos descartados.
	Campanha de Conscientização	Promover práticas sustentáveis no arquivamento e conservação.
	Implementação de Tecnologias Ecológicas	Explicar o uso de soluções ecológicas, como iluminação LED, para eficiência energética.

**Fonte:** Dados do autor (2025).

A transformação significativa nos métodos de armazenamento de documentos foi impulsionada pelos avanços na tecnologia digital juntamente com a crescente necessidade de salvaguardar coleções históricas. Essa evolução não significa apenas uma busca por eficiência aprimorada, mas também demonstra um reconhecimento da necessidade crítica de manter a integridade e acessibilidade das informações para as gerações futuras. Atualmente, as organizações estão integrando técnicas tradicionais e contemporâneas para abordar os desafios e oportunidades presentes no reino da ciência arquivística.

Mesmo com o progresso na tecnologia digital, o armazenamento físico continua a ser amplamente utilizado, particularmente para documentos que ainda não foram digitalizados. Essa abordagem necessita de condições particulares de conservação, incluindo o uso de materiais livres de ácido e ambientes que mantenham controles rígidos de temperatura e umidade.

Conforme Rousseau e Couture (1998),

[...] nem sempre é necessário estabelecer distinções entre os arquivos correntes, intermediários e permanentes, de modo que essas funções devem ser abordadas de modo a cumprir o conjunto dos princípios, métodos e operações que se aplicam à organização e ao tratamento dos registros de conhecimento.

Essa abordagem unificada facilita a gestão de documentos em diferentes estágios de seu ciclo de vida, contribuindo para a construção de uma memória organizacional robusta e acessível.

A organização e classificação cuidadosas dos documentos também desempenham um papel vital na eficiência do armazenamento físico. Porém, em muitos casos faltam boas medidas de conservação, como documentos da antiga comarca de Cruz do Espírito, onde as imagens (figura 3-6) mostram caixas de papelão gastas e desorganizadas. Além disso, materiais insuficientes e condições ambientais instáveis comprometem a conservação destes arquivos, já que “[...] os documentos são uma forma de expressão da memória, então os arquivos são os detentores da memória individual e coletiva, servindo de suporte para a constituição da história das instituições e da identidade de um determinado povo” (Pereira; 2011, p. 24).

A conservação de documentos históricos também tem se apoiado cada vez mais na digitalização como uma de suas soluções mais eficazes. Este método não apenas facilita o acesso às informações, mas também gera cópias de segurança, reduzindo assim a probabilidade de perda de dados. Ao transformar documentos físicos em formatos digitais, o manuseio de materiais originais é significativamente reduzido, o que, por sua vez, prolonga a sua vida útil. No entanto, a digitalização bem-sucedida exige equipamentos de alta qualidade, sistemas bem organizados e planejamento completo para garantir que os arquivos digitais sejam armazenados com segurança e possam ser facilmente acessados.

Em relação aos documentos analisados, a ausência de esforços de digitalização deixa o acervo exposto à deterioração e potencial perda de informações. Ao adotar esse processo, não apenas a conservação seria alcançada, mas os documentos também poderiam ser integrados a um sistema de armazenamento em nuvem, aumentando sua segurança e acessibilidade.

Assim, o armazenamento em nuvem representa uma alternativa moderna e escalável para armazenamento de documentos digitais. Acessada remotamente via Internet, a tecnologia oferece flexibilidade e segurança avançada, como criptografia e backups automatizados, reduzindo o risco de perda de dados e acesso não autorizado. Quando integrado a um Sistema de Gerenciamento de Documentos (SGD), o armazenamento em nuvem pode organizar com eficácia o ciclo de vida do documento, desde a criação até o descarte.

O SGD também ajuda a classificar e localizar informações específicas, eliminando gargalos operacionais e facilitando o gerenciamento eficiente de grandes quantidades de dados. Sem tal sistema, as práticas de arquivamento tornam-se ineficientes, comprometendo a memória organizacional. Como enfatizam Walsh e Ungson (1991, p. 61), a memória organizacional é “[...] informação armazenada a partir da história de uma organização, que pode ser recuperada para sustentar decisões presentes”.

Diante ao exposto, é notório que a conservação de documentos históricos requer um conjunto estruturado de medidas para retardar o processo de degradação. A higienização é a primeira etapa do processo e envolve a remoção cuidadosa da poeira e sujeira acumuladas. Spinelli (1997, p. 40) afirma que a higienização é essencial para prevenir o crescimento de fungos e minimizar os danos existentes. Bellotto e Camargo (1996, p. 42) acrescentam que o uso de ferramentas específicas, como escovas macias e aspiradores com filtros, é crucial para manter a integridade dos documentos.

Outro aspecto crucial é o acondicionamento adequado. Documentos devem ser armazenados em materiais livres de ácidos, como caixas e pastas arquivísticas, que funcionam como barreiras contra fatores externos. Paletta e Yamashita (2004, p. 21) enfatizam que “[...] a poeira é um grande inimigo da conservação dos documentos, pois contém partículas de areia que cortam e arranham; graxas, fuligem, mofo e numerosas outras impurezas atraem umidade e degradam papéis”.

Por isso, a supervisão frequente das condições de armazenamento é essencial para detectar problemas e implementar ações preventivas. As estratégias recomendadas incluem verificações regulares, a utilização de mobiliário apropriado e a elaboração de planos de emergência para eventos inesperados, como enchentes e incêndios. Além disso, é vital substituir prateleiras de madeira por estruturas metálicas, que são menos vulneráveis a pragas.

Assim como a combinação de tecnologias contemporâneas com a aplicação de boas práticas de conservação não apenas pode assegurar a proteção dos acervos documentais, mas também reforçar a memória institucional e a identidade histórica. Conforme ressalta Cassares (2000) e Milevski (1997), a conservação deve ser vista como um processo em constante evolução, que requer a obtenção e a organização de recursos para assegurar a utilização contínua de materiais essenciais, fundamentais para a compreensão do passado e para a construção do futuro.

#### 4.1 conservação sustentável

A análise da conservação dos documentos históricos da Comarca de Santa Rita revelou não apenas desafios técnicos na conservação do acervo, mas também a necessidade de alinhar as práticas adotadas às diretrizes internacionais estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU). A conservação documental deve estar integrada a planos que garantam a sustentabilidade e respeitem o meio ambiente, conforme estabelecido na Agenda 2030 e seus Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

**Figura 17:** Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



**Fonte:** Nações Unidas no Brasil, 2025.

Os profissionais de arquivamento têm um papel essencial nesse processo, pois são encarregados da administração tanto de documentos físicos quanto digitais, assegurando a proteção e a disponibilidade das informações. No entanto, o sistema tradicional de arquivamento muitas vezes requer um alto uso de papel, energia e insumos, causando impactos ambientais relevantes. Para diminuir esses efeitos, é crucial implementar métodos que diminuam a necessidade de recursos materiais e promovam a sustentabilidade no setor. De acordo com Santos, Pinto e Vitorino (2022, p. 27),

os arquivos e arquivistas com a competência em informação tornam-se relevantes para um desenvolvimento sustentável, sobretudo, no que tange à garantia de um direito humano fundamental e instrumental, como o acesso à informação, e ainda podem vir a contribuir no alcance dos objetivos e metas propostos pela Agenda 2030.

Além disso, conforme destacam os autores, as dimensões da competência em informação e os objetivos de desenvolvimento sustentável possuem uma interconexão essencial.

Nota-se que as dimensões e objetivos de desenvolvimento sustentável [...] foram pensados e desenvolvidos para serem trabalhados juntos em harmonia e, portanto, entende-se que a análise a ser realizada de forma qualitativa também deve seguir essa lógica sem separação das dimensões, pois uma está conectada à outra (Santos; Pinto; Vitorino, 2022, p. 39-40).

A proficiência em informação dos arquivistas inclui também aspectos técnicos, estéticos, éticos e políticos. Conforme destacado por Santos, Pinto e Vitorino (2022, p. 40), "o saber e avaliar se insere na dimensão técnica da competência em informação, contemplando melhorias nos processos [...] para assegurar a autenticidade dos documentos". Tais ações técnicas são cruciais para a administração de dados, classificação e avaliação de documentos, assegurando que os registros sejam devidamente identificados e preservados durante seu ciclo de vida (Santos; Pinto; Vitorino, 2022, p. 41).

A dimensão ética da competência em informação requer uma análise crítica na utilização das informações. Isso abrange preocupações relacionadas à segurança da informação e à privacidade dos dados, assim como ao acesso responsável a informações confidenciais, já que "os princípios éticos que orientam o uso da informação têm impacto na competência do arquivista, pois demandam a criação de meios que possibilitem ao usuário se sentir mais consciente e capaz de buscar soluções de maneira ética" (Santos; Pinto; Vitorino, 2022, p. 43).

A conservação de documentos físicos requer um controle ambiental rigoroso, principalmente em relação à temperatura e umidade. Muitos arquivos utilizam sistemas de climatização que consomem elevado volume de energia elétrica. Para reduzir esse impacto, algumas abordagens viáveis incluem a utilização de iluminação LED, a implementação de sensores automáticos para controle da temperatura e umidade, e a maximização da ventilação natural sempre que for possível.

Adicionalmente, a destinação de documentos deve ocorrer de maneira consciente, priorizando a reciclagem e a reutilização de materiais. Iniciativas de economia circular podem transformar documentos descartados em novos produtos recicláveis, diminuindo a necessidade de novas matérias-primas e promovendo um ciclo sustentável de produção e consumo.

A implementação de métodos sustentáveis na área de arquivologia traz vários ganhos, tanto para a conservação de documentos quanto para a diminuição do impacto no meio ambiente. As principais vantagens envolvem a diminuição do consumo de papel, energia e itens descartáveis, a melhoria da eficiência na gestão de documentos através da digitalização e do uso de armazenamento eletrônico, a redução das despesas operacionais e a conformidade com as diretrizes ambientais da ONU e as normas mundiais de sustentabilidade.

## **5 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considerando os elementos observados, concluímos que é crucial preservar e conservar os documentos históricos da antiga comarca de Cruz do Espírito Santo atualmente abrigados na comarca de Santa Rita para manter a memória legal, administrativa e cultural da região. Este estudo avaliou a condição atual desses registros, identificando os principais fatores de degradação, incluindo manuseio impróprio, condições ambientais inadequadas e a falta de políticas coesas de gerenciamento de documentos.

As descobertas revelaram que a infraestrutura insuficiente e a ausência de métodos sistemáticos de conservação colocam em risco a longevidade desses documentos, ameaçando assim seu significado histórico. À luz, medidas corretivas foram propostas, incluindo higienização, uso de materiais de armazenamento sem ácido, digitalização e implementação de práticas preventivas de controle ambiental, juntamente com treinamento de equipe.

É crucial enfatizar que, juntamente com a execução dessas estratégias, deve haver uma iniciativa contínua para aumentar a conscientização entre o pessoal de gestão e o público em geral sobre a importância desse patrimônio. Valorizar registros históricos vai além da mera conservação física; ele promove um elo entre o passado e o presente, o que é vital para reforçar a identidade cultural local.

Assim, este estudo trouxe como contribuição o alerta sobre a documentação do Arquivo de Santa Rita mostrando sua realidade, indicando a necessidade de assistência teórica e prática. Tais alertas podem ser utilizados não apenas no município de Santa Rita, mas também em vários outros cenários que enfrentam problemas comparáveis.

Em conclusão, destacou-se a necessidade de implementação de políticas eficazes de conservação e gestão documental para garantir a integridade do acervo. Propostas para futuros pesquisadores incluem a realização de estudos

sobre a eficácia das estratégias de conservação sugeridas e a exploração de novas tecnologias para a conservação de documentos, além da presença de conscientização sobre a importância da preservação da memória histórica e cultural da região.

## REFERÊNCIAS

BELLOTTO, H. L; BOTANI, A. S, L; CAMARGO. M. de A. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. São Paulo: Associação dos Arquivistas Brasileiro Núcleo Regional de São Paulo: Secretaria de Estado da Cultura, 1996.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Noções sobre conservação de livros e documentos**. Brasília: STJ, Secretaria de Documentação, 1997.

CARVALHO, Cláudia Rodrigues. **O projeto de conservação preventiva do Museu Casa de Rui Barbosa**. Disponível em: <<http://antigo.casaruibarbosa.gov.br>>. Acesso em: 7 de setembro de 2024.

CASSARES, Norma Cianflone. **Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas**. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial, 2000. 70 p. (Projeto Como Fazer, 5).

LEITÃO, Deusdedit; NÓBREGA, Evandro da. **História do TJPB** 7ª edição. 2014. Disponível em: <[https://issuu.com/tjpb/docs/historia\\_do\\_tjpb\\_7a\\_edicao/1](https://issuu.com/tjpb/docs/historia_do_tjpb_7a_edicao/1)>. Acesso em: 5 de setembro de 2024.

MILEVSKI, R. J. **Manual de pequenos reparos em livros**. Rio de Janeiro: Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos: Arquivo Nacional, 1997.

PALETTA, Fátima Aparecida Colombo; YAMASHITA, Marina Mayumi. **Manual de Higienização de Livros e Documentos Encadernados**. São Paulo: Hucitec, 2004.

PEREIRA, Fernanda Cheiran. **Arquivo, Memória e Justiça: gestão documental e preservação de acervos judiciais do Rio Grande do Sul**, UFRGS, Porto Alegre, RS, 2011. 173.

RODRIGUES, Maria Solange. Preservação e conservação de acervos bibliográficos. In: **IX Encontro Nacional dos Usuários da Rede Pergamum**. 2007, Curitiba. Disponível em: <[http://cdij.pgr.mpf.mp.br/sistema-pergamum/ix-encontro-nacional/18\\_04\\_2007/Curso%20%20Preservacao.pdf](http://cdij.pgr.mpf.mp.br/sistema-pergamum/ix-encontro-nacional/18_04_2007/Curso%20%20Preservacao.pdf)> Acesso em: 14 de outubro de 2024.

RODRIGUES, Nathalia Tereza Matias Lins. **ARQUIVO VERDE: Como promover a Sustentabilidade nas instituições arquivísticas**. João Pessoa-PB: UEPB, 2023.

ROUSSEAU, J.; COUTURE, C. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

SILVA, Maria Luiza do Espírito Santo. **Catálogo de obras raras e valiosas**. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação, São Paulo, n. 14, p. 61-63, jan./jun., 1981.

SPINELLI JUNIOR, J. **Conservação de acervos bibliográficos e documentais**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 1997.

SANTOS, George Alberto dos. **A Conservação e preservação de documentos na prática arquivística: uma análise no Labcor da UFPB**. João Pessoa: UFPB 2018.

SANTOS, Luana Lobo; PINTO, Marli Dias de Souza; VITORINO, Elizete Vieira. **Arquivistas e o desenvolvimento sustentável: uma abordagem sobre a competência em informação do arquivista na implementação da Agenda 2030**. *Inf. Inf.*, Londrina, v. 27, n. 2, p. 26–48, abr./jun. 2022.

SOARES, T. A. T. (Org.); PRAZERES, L. M. S. (Cib); MARTINS, J. A. (Cib). **Manual de conservação de acervos documentais e noções de restauração de documentos: suporte papel**. 4. ed. rev. ampl. e atual. Florianópolis: Arquivo Público do Estado de Santa Catarina/Associação de Amigos do Arquivo/SC: 2003. (Apostila mimeografada).

WALSH, J.P.; UNGSON, G.R. Organizational memory. *The Academy of Management Review*, v. 16, n. 1, p. 57-91, 1991.